

04

CIDEHUS' *e-Working papers*

EM TORNO DO EXÉRCITO E DA ARQUITECTURA MILITAR ROMANA DO SÉCULO IV D.C.

Jean-Michel Carrié

Maria Teresa Santos, Fernando Branco Correia (eds.)



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora

CIDEHUS

04 - CIDEHUS' e-Working Papers

Título/Title: Em torno do exército e da arquitectura militar romana do século IV d.C.

Autor/Author: Jean-Michel Carrié

Editores/Editors: Maria Teresa Santos, Fernando Branco Correia

Data/Date: 2017

Assessor para a Série/Series Adviser: João Figueirôa-Rêgo

Comissão Editorial/Editorial Board:

Mafalda Soares da Cunha
Ana Cardoso de Matos
Maria Filomena Gonçalves
João Figueirôa-Rêgo

Por favor, citar como / Please, quote as: Carrié, Jean-Michel - *Em torno do exército e da arquitectura militar romana do século IV d.C.*. Évora: Santos, Maria Teresa; Correia, Fernando Branco (eds.): CIDEHUS' e-Working Papers, n.4, 2017. <http://hdl.handle.net/10174/21989>

ISSN: 2183-8003



Este trabalho está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 4.0 Internacional.

Em torno do exército e da arquitectura militar romana do século IV d.C.

Jean-Michel Carrié (EHESS - Ecole des Hautes Études en
Sciences Sociales, jean-michel.carrie@ehess.fr)

Maria Teresa Santos (Universidade de Évora; CIDEHUS-UÉ,
msantos@uevora.pt) - tradução e apresentação

Fernando Branco Correia (Universidade de Évora; CIDEHUS-UÉ,
fbc@uevora.pt) - tradução e apresentação

Abstract

This is the translation of a text by Jean-Michel Carrié originally entitled "Aspects de l'architecture militaire à partir du quatrième siècle après JC". This text has a double interest: on the one hand it deepens the knowledge on military aspects of the fourth century AD, with special emphasis given to the evolution that took place in the types of military camp, to the constitution of the armies and payment of the soldiers; on the other hand, calls into question some methodological processes used to find interpretive solutions. The author highlights the fourth century as a period of remarkable theoretical and systematic formulations, critically addressing many aspects that continue to raise questions.

Keywords: Roman camp; legions; *stypendium*, *Papyri* from Panopolis, Zosimos of Panopolis

Resumo

Apresenta-se a tradução do texto que, originalmente, se intitula "Aspects de l'architecture militaire à partir du quatrième siècle après JC.", de Jean-Michel Carrié. O texto tem duplo interesse: por um lado aprofunda o conhecimento sobre aspectos militares do século IV d.C., com especial destaque dado à evolução que teve lugar nos tipos de acampamento, à constituição dos exércitos e pagamento dos soldados; por outro, põe em questão alguns processos metodológicos usados para encontrar soluções interpretativas. O autor evidencia o século IV como um período de notáveis

formulações teóricas e sistemáticas, abordando criticamente muitos aspectos que continuam a suscitar interrogações.

Palavras-chave: acampamento romano; legiões; *stypendium*, *Papyri* de Panópolis, Zózimo

Apresentação

Maria Teresa Santos, Fernando Branco Correia

O exercício de confrontação documental e interpretativa, em parte possibilitado pelas actuais condições tecnológicas de trabalho, tem conduzido à renovação dos estudos históricos na contemporaneidade. Este exercício metodológico é correlativo de duas posturas epistemológicas expansivas do horizonte da História: uma, a impossibilidade de sustentar propostas unilaterais de leitura da realidade; outra, a necessidade de rever criticamente a apropriação dos dados e o acesso aos documentos, bem como de apreciar a fixação positiva dos resultados e a picturização definitiva dos acontecimentos. Tais posturas, que representam a legítima intenção epistemológica de ‘colocar as coisas no sítio’, estão bem exemplificadas no texto da conferência apresentada pelo Professor Jean-Michel Carrié, na Universidade de Évora. Ao retomar alguns "Aspectos da arquitectura militar do século IV d.C." – título da conferência –, conjuga dados arqueológicos com dados institucionais, financeiros e monetários, “passando pela documentação textual, pairológica e numismática”, como refere. A um eventual percurso descritivo linear contrapõe um “percurso argumentativo, cruzado e complexo”. Carrié torna evidente a insustentabilidade de interpretações decorrentes de leituras simplificadas de dados ou aplicadas a recortes documentais isolados, tecedoras de uma História sem densidade investigativa e complexidade narrativa. O recurso a diversas contribuições disciplinares e o diálogo entre essas contribuições, ambos mobilizados para o texto da conferência de Carrié, são acompanhados por uma ética investigativa que apela à prudência interpretativa para evitar originar mal-entendidos. Uma prudência sinalizada pela expressão “numerosas precauções metodológicas” e por advertências epistemológicas em relação à interferência do senso comum

(“geralmente mau conselheiro do historiador”) e também a respeito das interpretações “abusivas” e da tortura imposta à “documentação”. Com o seu sentido crítico e interdisciplinar Carrié mostra como desmontar bases interpretativas aparentemente estáveis e como criar condições coerentes para a discussão frutífera de dados e documentos. Do ponto de vista metodológico e epistemológico a conferência proferida na Universidade de Évora, a 18 de Fevereiro de 2016, corresponde a um investimento na pesquisa histórica com significado pedagógico, o que justifica o convite feito para participar na Conferência internacional – *Questões sobre a vida militar e a guerra no século*. O Professor Carrié deixou assente uma base investigativa para quem quer que venha a dedicar-se ao trabalho histórico.

A Conferência Internacional, organizada conjuntamente pelos departamentos de Filosofia e História, com apoio do Cidehus, contou ainda com a participação da Professora Margarida Maria de Carvalho, do campus de Franca da USP (Brasil), que apresentou um texto intitulado “Libânio e Amiano Marcelino: dois testemunhos sobre a vida militar do imperador Juliano”. As duas participações visavam contribuir para a compreensão do complexo século IV, identificado com o reconhecimento oficial do cristianismo, o que reconfigurou o pensamento ocidental. Agostinho de Hipona é a figura cultural dominante do século IV, incentivadora do diálogo entre o pensamento e as práticas sócio-políticas de pagãos e cristãos. Entre muitas questões colocadas, impôs-se a questão da guerra. Ela serve de referência relativamente à capacidade de adequação da doutrina cristã à governação ou, noutros termos, da relação entre a cidade de Deus e a cidade dos humanos. O conceito de “guerra justa” (*jus ad bellum*), esboçado por Agostinho e decorrente da ânsia de legitimação da violência por via acertada entre o direito e as Escrituras, ilustra a resolução posicional encontrada ou, noutra perspectiva, a não resolução da guerra mas a mitigação das razões que a justificam. Tema actual, ora escondido na retórica da ameaça ora exposto em ataques directos. Retornar ao tema da guerra e ao século de Agostinho é interpelar a dificuldade fáctica de ser-uns-com-os-outros e de ser-uns-para-os-outros.

O facto dos temas da guerra e da paz serem actualmente redimensionados para além da circunstancialidade humana, ponderando-se a sustentabilidade do sistema

planetário, não dispensa o retorno à reflexão agustiniana. As reconfigurações conceptuais e a panóplia das fundamentações da acção humana não ocultam o essencial do pensamento de Agostinho, homem de vida religiosamente comprometida e cerzada na atenção ao seu tempo. O imperativo cristão de “não matar”, que subsiste com sentido em várias doutrinas da não-violência e que se pode escudar na objecção de consciência, foi dilema para muitos cristãos do período imperial. Agostinho não deixou de confrontar o dilema, trazendo à reflexão quer os limites dos princípios, quer a admissibilidade de compromissos: é legítimo que um cristão mate evocando a defesa pessoal?; é legítimo que um cristão assuma o compromisso de combater em guerra para defender outros cristãos? Estas questões, que para Agostinho sempre se pautaram pela inviolável fidelidade do ser humano à Cidade de Deus, originaram debates persistentes como o direito à guerra (*jus ad bellum*) e o direito na guerra (*jus in bellum*). Distinções conceptuais finas que ressoam na Agenda 2030 da ONU e que são sempre ocasião para cruzar leituras entre Filosofia e História.

Breve nota biográfica sobre Jean-Michel Carrié

O percurso profissional inclui a docência em instituições como Université de Paris X (Nanterre) e IV (Institut d’Art), CLU d’Orléans-LaSource (1970-1972), Università di Firenze e Torino. A par da docência acrescem muitas outras actividades, entre as quais destacamos a de investigador do Institut français d’études anatoliennes, director de pesquisa do CNRS e do centro ANHIMA, director da École des Hautes Études en Sciences Sociales, membro da École Française de Rome e de várias instituições e associações, editor de obras colectivas (Marseille, Carthage, Bolsena, Bu Njem, Xanthos, Mons Claudianus), tradutor e autor de numerosos capítulos de livros e artigos.

Em torno do exército e da arquitectura militar romana do século IV d.C.*

Jean-Michel Carrié

O que eu proponho hoje é um itinerário que nos conduzirá dos dados arqueológicos (a dimensão dos acampamentos militares) aos dados institucionais (o modelo de organização do exército romano), financeiros (a evolução do soldo) e monetários, passando pela documentação textual, papirológica e numismática, a fim de vos convencer que nenhum destes diversos aspectos pode ser estudado isoladamente.

O meu ponto de partida: não há uma continuidade muito nítida entre o acampamento do exército da época republicana e o campo do alto Império: diremos, dos três primeiros séculos do Império.

Como certamente sabeis, o acampamento romano foi originalmente um acampamento de etapa ou, pelo menos, um acampamento temporário: no final de cada tarde, um exército em deslocação construía o seu acampamento para a noite, a fim de evitar qualquer ataque de surpresa por parte do inimigo. De acordo com um perímetro determinado, canónico, invariável, os soldados cavavam um fosso (*fossatum*) e com a terra removida construía uma rampa de terra (*agger*) na qual espetavam uma fileira de estacas com extremidades pontiagudas (*vallum*). Existiam também acampamentos mais duráveis, particularmente os acantonamentos para o inverno (*hiberna*), como os que foram encontrados perto de Numância. Políbio deu uma descrição precisa dum acampamento romano canónico (*Histórias*, livro VI, cap. 27-28) assim como, 250 a 300 anos mais tarde, o pseudo-Higino no seu tratado *De munitionibus castrorum*. Todavia a interpretação destes textos requer numerosas precauções metodológicas.

O acampamento permanente, construído em pedra, apareceu na segunda metade do I século. Ele preserva e perpetua, nas suas principais características, o plano e a organização do acampamento de marcha do período republicano: duas vias principais (como numa cidade romana cujo traçado era estabelecido segundo os ritos de augúrio) levavam a quatro portas fortificadas. No centro, um espaço

* Tradução de Maria Teresa Santos e Fernando Branco Correia

(*principia*) concentrava os "serviços comuns" do acampamento: retomava o *praetorium* republicano (a residência do comandante da unidade), mas acrescentava um santuário militar, locais administrativos, o tesouro, celeiros (*horrea*) e a enfermaria. Em frente dos *principia* encontrava-se um espaço livre utilizado como local de encontro para os homens da unidade. As tendas, sob as quais dormiam os soldados, deram lugar aos quartéis construídos solidamente com, pelo menos, um piso. Os muros do recinto, muito altos e muito grossos, eram reforçados por torres semi-circulares. A dimensão média dum acampamento legionário é de 20 a 22 hectares (cerca de 400 x 500 metros), mas alguns excediam estas medidas: o acampamento de Bona, construído no período de Nero, cobria 27 hectares. O acampamento de Vetera (hoje Xanten, na Alemanha) mede 56 hectares, mas comportava duas legiões. Michel Reddé estima em 40-44 m² a superfície disponível por cada homem, mas incluindo muito do espaço ocupado pelos equipamentos comunitários.

Se considerarmos os acampamentos auxiliares, estima-se em 3 3/5 hectares a superfície necessária para acomodação dum esquadrão de cavalaria quingentésimo (com 500 homens) e em 1 a 2 hectares para uma divisão de infantaria. Por exemplo, o acampamento de Portchester, na Bretanha, media 200m de lado.

Há todavia uma clara ruptura entre o modelo de acampamento do alto Império e o do Império tardio (eu não gosto de falar de "baixo Império", expressão com conotações depreciativas), modelo que se difunde a partir do final do terceiro século e muito particularmente sob a Tetrarquia. Todavia, como bem mostrou o meu colega Michel Reddé, é abusivamente que se atribui à Tetrarquia a grande maioria dos acampamentos romanos tardios, tal como durante muito tempo foi atribuída a esta mesma Tetrarquia a grande maioria dos recintos urbanos.

Acampamentos romanos tardios e recintos urbanos tardios têm vários pontos em comum: eles caracterizam-se, antes de mais, por uma forte redução das dimensões, redução da qual os historiadores tiraram conclusões dramáticas em relação com a famosa teoria do declínio; declínio precedente da queda do Império: crise demográfica das cidades, diminuição do tamanho das unidades militares. Voltarei mais tarde a estes pontos. Na sua morfologia, o aspecto defensivo e portanto propriamente militar prevalece sobre o aspecto habitacional. Os muros são mais

potentes, as torres mais numerosas, de forma quadrada ou alongada e projectando-se fortemente para fora do alinhamento do muro.

Estas torres são coroadas por um terraço adequado à utilização de armas de artilharia pesada.

Os acampamentos assemelham-se agora mais aos futuros castelos medievais. Ora, o final do século III e o início do século IV corresponderam a uma época de grande transformação da organização militar romana. Se bem que os historiadores, no passado, se tenham dividido na atribuição da grande reforma militar a Diocleciano ou a Constantino, dificilmente se pode contestar, no presente, que é Constantino quem estabeleceu a grande ruptura na história do exército romano. É Constantino quem introduziu a nova divisão entre o exército de campo e exército de fronteira. De acordo com a *communis opinio* que se obstina em ler literalmente um texto famoso do pagão Zózimo sistematicamente hostil a Constantino, tratava-se da confrontação de duas concepções estratégicas opostas. Constantino tinha abandonado a política de protecção das fronteiras de Diocleciano para a substituir por uma política de “defesa em profundidade”.

Tal será o sentido da divisão das tropas romanas operada por ele e visível, bem mais tarde, na *Notitia Dignitatum*. Constatam-se exércitos distintos: um exército dito *comitatensis*, qualificado pelos comentadores modernos de “exército central” e que funcionava como “exército móvel de intervenção”, e um exército dito *limitanea*, qualificado de “exército territorial de defesa das fronteiras”. Pela minha parte, proponho deslocar a perspectiva sobre a qual ganha sentido a verdadeira ruptura constantiniana: a de uma redistribuição das tropas em grandes categorias estatutariamente hierarquizadas: uma redefinição que não teve, em contrapartida, consequências importantes sobre a funcionalidade dos diversos tipos de tropas, como disseram os historiadores modernos a seguir a Zózimo.

Com efeito, o reforço da defesa das fronteiras é uma preocupação constante depois de Diocleciano até ao fim do IV século, incluindo o reinado de Constantino: o que explica a semelhança de todos os campos construídos durante este período e a dificuldade em precisar a datação na ausência de indícios arqueológicos (estratigrafia ou materiais cerâmicos, numismática, etc.).

Em contrapartida, um elemento muito importante da reforma constantiniana é a redução numérica das unidades militares: as novas legiões compõem-se somente de 1000 homens, enquanto Diocleciano continuou a formar legiões de 5500 homens, das quais algumas ainda subsistiam no final do IV século.

Os *auxilia*, novo tipo de unidade de elite muitas vezes de recrutamento “bárbaro”, contavam com 500 homens, como as antigas alas de cavalaria e coortes de infantaria.

Vimos então facilmente como foi que naturalmente se estabeleceu o laço entre esta redução dos efectivos e a redução da superfície dos acampamentos tardios. Assim, vimos difundir-se um novo tipo de acampamento chamado *centenarium* (em particular na África proconsular e em Numídia; mas o primeiro – Gasr Duib em Tripolitana –, remonta ao ano 246 sob o reinado de Filipe o Árabe). Mais do que de *centum*, a etimologia do dígito 100 poderia derivar de *centuria*, a subdivisão comandada por um centurião que dirigia cerca de 80 homens no caso da legião e entre 60 e 100 no caso dum coorte auxiliar. No Oriente difunde-se o burgo (latinação do grego *pyrgos*) e sobretudo o *quadriburgium*, em particular na Síria e na Arábia. Trata-se aí de estratégia de defesa secundária, acolhendo os destacamentos numa unidade completa dotada com o seu próprio e verdadeiro acampamento. Todavia, as dimensões destas pequenas fortificações tendem a aproximar-se das dos acampamentos de base.

Com efeito, a partir do final do século III, as dimensões dos campos legionários tal como as dos acampamentos auxiliares reduzem-se, em média, a três quartos dos “acampamentos” do alto Império e dos “fortes” tardios: esta mudança terminológica usual nos historiadores romanos, em particular anglófonos, é em si mesmo significativa.

Os campos com mais de 1 hectare, fosse qual fosse o tipo, são inexistentes. Consequência: o lugar atribuído aos espaços colectivos diminui consideravelmente; os cavalos são quase de certeza acomodados no exterior do forte (salvo no caso de alerta ou de abrigo); e talvez mesmo que uma parte dos homens do exército habite no exterior do forte (sob tendas, ou em casas da cidade ou em aldeias vizinhas). Muitos soldados podem ser destacados em fortificações secundárias como as que tenho estado a referir.

Muitos, entretanto, são os historiadores que têm preferido conservar todos os soldados no interior dos muros do acampamento e que têm explicado a redução da superfície dos acampamentos tardios pela diminuição dos efectivos. Em particular, um documento papirológico foi interpretado neste sentido por Richard Duncan Jones. Trata-se dos *Papyri* de Panópolis, na Chester *Beatty Library*, publicados em 1964 por T.C. Skeat e convencionalmente citados como *P. Panop. Beatty*. São dois rolos que conservam passagens do registo de correspondência oficial dum funcionário local, um estratega chamado Panopolito. O primeiro rolo regista a correspondência (e seus documentos anexos) enviada pelo estratega Panopolito durante o mês de Thoth (setembro) no ano de 298. O segundo regista a correspondência dirigida pelo procurador da base de Tebaida a este mesmo estratega durante o mês de Mecher et de Phamenoth (março) no ano de 300.

O interesse maior do segundo rolo deve-se à conservação de uma série de pagamentos em denários efectuados a diversas tropas tributárias da tesouraria de Panópolis. Na sua grande obra, *The Later Roman Empire*, A.H.M. Jones retomou as primeiras observações que comunicara oralmente a M. Skeat antes mesmo da publicação dos seus textos: os dígitos destes pagamentos eram todos divisíveis por 625. Ele rectificou igualmente certos erros de Skeat e retomou o cálculo dos efectivos das diversas unidades.

Trata-se duma verdadeira matemática constrangedora que, além disso, e passados alguns anos, obteve confirmação suplementar nos valores do *nummus* (moeda) antes e depois da reforma monetária de 301, respectivamente 12, 5 e 25 *nummi*. Apesar do rigor do raciocínio, em relação ao qual expressei a minha adesão desde 1978, estes resultados foram radicalmente contestados por vários historiadores que consideraram intoleravelmente baixo o valor do montante individual, sobretudo se se considera a inflação galopante entre Aureliano e Diocleciano, o que torna ridículo o poder de compra destas gratificações. Ao contrário, estes mesmos historiadores não se perturbaram com os efectivos infinitamente reduzidos para os quais é conduzida toda a hipótese de aumento das somas atribuídas aos soldados. Com efeito, se se aumenta o montante das retribuições individuais, automaticamente diminui-se o número de beneficiários. Eis os resultados comparados das duas principais

interpretações destes Algarismos: a de Arnold Hugh Martin Jones (1964) e a de Richard Duncan-Jones (1978 retomados em 1990).

❖ Legiões e *vexillationes* (cavalaria):

- – *stipendium* (imposto) anual
 - ♦ segundo A.H.M. Jones, 1250 denários (número de partes: 1716)
 - ♦ segundo R. Duncan-Jones, 2500 denários (número de partes: 572)
- – *donativum* (donativo anual)
 - ♦ segundo A.H.M. Jones, 600 denários (número de partes: 1981)
 - ♦ segundo R. Duncan-Jones, 1800 denários (número de partes: 998,5)

❖ Alas de cavalaria:

- – *stipendium* anual
 - ♦ segundo A.H.M. Jones, 1250 denários (número de partes: 354)
 - ♦ segundo R. Duncan-Jones, 2500 denários (número de partes: 118)

❖ Coortes de infantaria:

- – *stipendium* anual
 - ♦ segundo A.H.M. Jones, 375 denários (número de partes: 524)
 - ♦ segundo R. Duncan-Jones, 1200 denários (número de partes: 163 3/4)

No total, os cálculos de Duncan-Jones esclarecem, como resultado, que uma coorte (*Cohors^{XI} Chamavorum*) conta com pouco mais de 160 homens e que uma ala de cavalaria teoricamente quinquinária (*Ala^I Iberorum*) conta à volta de 164 cavaleiros. A aplicação do mesmo método de cálculo, levado ao absurdo e aplicado à *Ala^{II} Herculiana Dromedariorum*, fixa um efectivo de 21 cavaleiros. O raciocínio de conjunto de Richard Duncan-Jones foi rejeitado por Terence Coello, em 1996: ele rejeitou a argumentação de Duncan-Jones que apresentava os seus efectivos reduzidos ao extremo como sendo mais ajustados aos números de Jones calculados para as dimensões dos campos romanos das épocas tardias.

Bem antes, eu havia expresso as minhas dúvidas. No argumentário de Coello, retenho muito particularmente a ideia da diferença de funções entre os acampamentos do Alto Império e os da época tardia: estes últimos privilegiaram as capacidades defensivas da construção em caso de ataque, mesmo de abrigo, uma eventualidade excluída pelos construtores nos séculos precedentes; esta diferença funcional levou, por sua vez, à adopção de novas soluções arquitecturais, por exemplo, a construção das casernas em pisos, para compensar a redução do perímetro defensivo e, por via de consequência, a da superfície disponível. Todavia, este tipo de raciocínio permanece discutível e não coloca um ponto final à nossa discussão. É por isso que, mais recentemente (Carrié, 2005), analisei os erros do raciocínio aritmético de Duncan-Jones.

Richard Duncan-Jones pensou poder recuperar os montantes de retribuição em espécies (denários) com o fornecimento em espécies para uma mesma unidade indicada pelo *Papyrus* n.º 1 de Panópolis, ou ainda os algarismos do fornecimento de dois géneros alimentícios diferentes para uma mesma unidade. Em particular no caso da *Ala I hiberorum*, se se dividir a quantidade de cevada (*2610 modii Italici*) pela ração legalmente prevista para um cavalo, obtêm-se 116 rações (*capita*). Ora, a quantidade de trigo lançada nas contas dos cavaleiros da mesma *ala* ($128 \frac{1}{2} \frac{1}{3} \frac{1}{24}$ árabes), dividido por 5 *modii Italici*, dá 116 rações individuais. A prova está pois feita? Não, porque, como observa o próprio Duncan Jones, esta quantidade lançada por dois meses não representa a metade da ração humana bimestral. Como explicar então esta pseudo correspondência? É que o abastecimento de uma unidade dependia de várias fontes de aprovisionamento, situadas em diversas circunscrições fiscais e mais ainda em Tebaida, onde o desequilíbrio era mais evidente que entre os numerosos soldados estacionados e as capacidades produtoras da região. No caso da *Ala I Iberorum*, todas as hipóteses são possíveis: que uma circunscrição fiscal dada tenha libertado 116 rações de cevada e 58 rações de trigo porque era mais produtora de cevada que de trigo; que uma outra tenha entregado 174 rações unicamente de trigo ou unicamente de cevada.

Notamos que 116 é um terço de 348, próximo de 354, valor que representa o número das partes de *annona* (anona) comutada em espaços pagos duma certa maneira a esta mesma unidade.

Pode-se supor que os nomes do Baixo Egipto, ou mesmo outros nomes de Tebaida, eram sujeitos ao pagamento em géneros como nas unidades do Panopolito. É notável que Duncan-Jones não aceite que uma ordem de entrega de trigo apenas corresponda a 58 rações porque ele considera este efectivo insuficiente para uma ala, ao passo que um efectivo de 116 não o choca. Pseudo-argumentos arqueológicos apoiaram esta interpretação. Nada obriga pois a multiplicar o montante da anona acrescentada e a dividir por três o número de homens desta ala e não há, então, a menor razão para fazer o mesmo a propósito do pagamento do *stipendium*, pois que é fundamentando-se em algarismos da *Ala I Iberorum* que Duncan-Jones justificava a triplicação dos montantes individuais e a divisão por três dos efectivos por todos os dados numéricos do segundo registo de Panópolis. É como um castelo de cartas que se desfaz. Eu passo por cima de outras objecções de detalhe.

A conclusão principal da validação dos montantes do soldo retidos por A.H.M. Jones consiste na não reavaliação do soldo a seguir à monstruosa inflação monetária do final do III século, que persistiu durante toda a primeira metade do século IV (somente entre 280 e 301, os preços aumentaram de 14 a 20 vezes). O registo de correspondência de Panópolis impede, com efeito, supor que o soldo legionário anual tenha ultrapassado 600 denários ao longo do III século, pois que o soldo durante Septímio Severo tinha sido superior a 400 denários.

A solução encontrada por Diocleciano deduz-se de uma releitura do Preâmbulo do Édito sobre os preços, emitido por este imperador.

O Estado imperial exclui a resolução de problemas relativos ao poder de compra dos seus exércitos por meio de um aumento da renumeração dos soldados e dos oficiais. Eu estou persuadido de que, desde o começo da subida de preços, a interpretação que hoje proponho corresponde a um itinerário que as finanças imperiais foram incapazes de reavaliar o soldo militar à altura da subida dos preços porque, se o tivessem podido fazer, teriam igualmente podido evitar desvalorizar nominalmente a moeda, logo evitado a subida dos preços. Sabe-se, por outro lado, a que ponto o aumento do soldo militar era impopular na opinião pública civil, que fazia inevitavelmente a relação entre um tal aumento e o aumento dos impostos que lhe eram exigidos. Ora, contrariamente a um *a priori* frequentemente expresso na

bibliografia corrente, nada prova que o peso da fiscalidade se tenha tornado mais forte sob a Tetrarquia. É que, por conseguinte, as soluções foram procuradas noutro lugar.

Por todas estas razões, eu penso que querer a todo o preço – ousar dizer – imaginar o poder imperial a fazer uma corrida com a subida dos preços a favor do aumento dos soldos (pois Richard Duncan-Jones reconhece que os soldos se distanciam muito em relação aos preços) é uma perspectiva ou um *a priori* do “senso comum” geralmente mau conselheiro do historiador; *a priori* de duplo anacronismo inspirado pelos nossos conceitos modernos de “escala móvel dos salários”.

Não é mais necessário manipular os algarismos dos pagamentos registados no papiro de Panópolis para reduzir até à máxima inverossemelhança os algarismos dos efectivos sem todavia atingir os algarismos do montante do soldo que deixam de ser risíveis em relação ao poder de compra que eles representam. Um tal resultado não justifica que se torture a documentação.

A componente *stipendium* (imposto), do total das retribuições do soldo, não representa senão um elemento secundário, o que permite compreender melhor que o seu eventual aumento perdeu a significação que, em contrapartida, tinham os aumentos sucessivos da época republicana e do Alto Império. Por assim dizer e por outro lado, não nos devemos esquecer da modéstia do “soldo” tradicional. Os *donativa* (donativos) constituem todavia o essencial do que nós entendemos corresponder ao conceito moderno de “soldo”. Estas considerações requerem, todavia, ser moderadas pelo facto de que todas as categorias das tropas não eram tratadas da mesma maneira.

Mesmo a proposta apresentada por Richard Duncan-Jones, de multiplicação por cinco dos pagamentos a efectuar em denários – mas não provada –, foi insuficiente para dar aos soldados um nível de vida aceitável. Se a defesa do “soldo” era uma causa perdida, foi-o sobretudo porque os verdadeiros recursos do soldado, capazes de manter o seu zelo e fidelidade e capazes de dar ao serviço militar um valor atractivo, provinham de outras fontes para além do soldo recebido e dos seus anexos: fontes que aqui não tenho tempo de indicar.

Chegámos pois ao termo deste percurso argumentativo, cruzado e complexo. Retemos as conclusões principais: a redução das dimensões dos campos romanos

durante os últimos séculos do Império não autorizam a deduzir daí um enfraquecimento dos efectivos do exército romano e uma diminuição da sua eficácia.

Bibliografia

- Bagnall, R. S. (1985), *Currency and inflation in fourth century Egypt* (BASP Supplement, 5), Atlanta, Atlanta Ed.
- Carrié J.-M. (1993), "Eserciti e strategie [dai Severi ad Aureliano; da Probo a Costantino]", in: Momigliano, A. et Schiavone A. (a cura di), *Storia di Roma*, III, 1, *Crisi e trasformazioni*, Torino, Einaudi, 83-154.
- Carrié J.-M. (1999), in Carrié J.-M. et Rousselle, A., *L'Empire romain en mutation: des Sévères à Constantin 192-337*, Paris, Nouvelle Histoire de l'Antiquité 10.
- Carrié J.-M. (2000), "L'évolution de la solde", 334-336, in: Carrié J.-M. - S. Janniard, *"Chronique: L'armée romaine tardive dans quelques travaux récents, I. L'institution militaire et les modes de combat"*, *AnTard*, 8, 321-341.
- Carrié J.-M. et al. (2005), "Procédures techniques de l'arpentage romain". *Histoire et Mesure*, Vol. IX, n.º1-2. Paris: Ehes.
- Carrié J.-M. (2014), Un seul achat peut-il saigner à blanc le soldat ? Retour sur l'*Edictum de pretiis* et le montant de la solde à l'époque tétrarchique », in M. Reddé (éd.), *De l'or pour les braves ! Soldes, armées et circulation monétaire dans le monde romain*. Actes de la table ronde organisée par l'UMR 8210 (AnHiMa) à l'Institut national d'histoire de l'art (12-13 septembre 2013), Bordeaux, 2014 (*Scripta Antiqua*, 69), 91-114.
- Cascarino G., *Castra-Campi e fortezze dell'esercito romano*, Città di Castello 2010, 179-191.
- Coello T. (1996), *Unit sizes in the Late Roman army* (BAR. Intern.Ser. 645), Oxford, Oxford University Press.
- Duncan-Jones R. P. (1978=1990), "Pay and numbers in Diocletian's army", *Chiron*, 8, 541-560, rééd. in: *Structure and Scale in the Roman Economy*, Cambridge, Cambridge University Press, 105-118.
- Gardner, A. (2007), 'Soldiers and spaces: daily life in late Roman forts' in: L. Lavan, E. Swift and T. Putzeys (eds.) *Objects in Context, Objects in Use*, Leiden, 657-683.

- Gregory S. (1995), *Roman military architecture on the Eastern Frontier from AD 200-600*, I, Amsterdam, Hakkert.
- Johnson S. (1983), *Late Roman Fortifications*, London, Ed. Batsford.
- Jones A.H.M. (1964), *The Later Roman Empire 284-602*, Oxford, Oxford Press University, vol. 2, 623-625 et vol. 3, 187-189.
- Reddé M. (1995), "Dioclétien et les fortifications militaires de l'Antiquité Tardive", *Antiquité Tardive* 3, 91-124.
- Reddé M. (2004), "L'armée et ses fortifications pendant l'Antiquité tardive: la difficile interprétation des sources archéologiques", in: *L'armée romaine de Dioclétien à Valentinien I^{er}*, Colloque CEROR, Lyon, Paris, éd. Persée, 157-167.
- Reddé M., Brulet R., Fellmann R., J.K. Haalebos, S. von Schnurbein (2006), *L'architecture de la Gaule romaine. I. Les fortifications militaires* (DAF 100/) Pessac, Ausonius.
- Skeat T. C. (1964), *Papyri from Panopolis in the Chester Beatty Library*, Chester Beatty Monographs 10, Dublin, The Chester Beatty Library.